

PROGRAMA DE MOBILIZAÇÃO PARA CONSTITUIÇÃO DO CBH- SÃO FRANCISCO

Relatório Final- BAHIA

Após a conclusão dos Encontros Regionais, momento que consolidou a primeira fase do projeto de Mobilização para a instalação do Comitê da bacia hidrográfica do São Francisco, foi traçada uma estratégia para assegurar as inscrições de usuários e das Entidades representativas da Sociedade Civil nas Plenárias Estaduais que elegeriam os membros do referido Comitê.

O documento norteador, Normas e Procedimentos, aprovado pela Diretoria Provisória, sobre o encaminhamento desse processo, caracterizando o público alvo que poderia candidatar-se às eleições. Neste sentido, o artigo nº 4, do capítulo III, considera usuários de Recursos Hídricos, as seguintes categorias:

I – Abastecimento Urbano e lançamento de efluentes urbanos, compreendendo as entidades e instituições representativas e empresas públicas e privadas, que respondem pelo abastecimento de água ou pelo esgotamento sanitário à população, com captação ou lançamento de efluentes na bacia;

II – Indústria e Mineração, compreendendo os usuários e as entidades representativas das atividades industriais em geral, com captação ou lançamento de efluentes, diretamente nos mananciais da bacia;

III – Irrigação e uso agropecuário, compreendendo os usuários e as entidades representativas dos produtores rurais (agricultura irrigada e

de sequeiro, silvicultores, piscicultores, agricultura e criadores de animais em geral);

IV – Hidro eletricidade, compreendendo empresas públicas, privadas, autarquias prestadoras de serviço e as entidades representativas, responsáveis pela geração de energia produzida pelo potencial hidráulico da bacia do Rio São Francisco;

V – Hidroviário, compreendendo os usuários e as entidades representativas do segmento do transporte hidroviário, do setor público ou privado, que naveguem nos cursos d'água que compõem a bacia do rio São Francisco;

VI – Pesca, Turismo, Lazer e outros usos não consuntivos compreendendo os usuários e as entidades representativas das atividades de turismo, de lazer, de pesca e de outros usuários que se caracterizam pelo uso não consuntivo na bacia hidrográfica.

O artigo 5º considera organizações civis de Recursos Hídricos, as entidades definidas na Lei 9433/97 no seu artigo 47:

I – Consórcios e associações intermunicipais de bacias hidrográficas;

II – Associações regionais, locais ou setoriais de usuários de recursos hídricos;

III – Organizações técnicas de ensino e pesquisa em interesse na área de recursos hídricos;

IV – Organizações não governamentais com objetivo de defesa de interesses difusos e coletivos da sociedade e,

V – Outras organizações reconhecidas pelo Conselho Nacional, pelo Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos.

A partir destas deliberações, a estratégia já mencionada e adotada pela Coordenação Estadual, foi a realização de reuniões municipais com o apoio e incentivo dos mobilizadores regionais e agentes locais

que desencadearam um processo de discussão entre os interessados e de acordo com os seus respectivos segmentos indicaram as cinco entidades em condições de habilitar-se e concorrer a uma vaga nas plenárias. Este procedimento ampliou a participação dos usuários e das entidades, pela responsabilidade assumida em assegurar o debate e a articulação nos municípios, resultando numa maior equipe do IMAN. Por exemplo, a FUNDRIFRAN – Fundação para o Desenvolvimento do São Francisco, durante o período da falta de recursos financeiros, assumiu a realização das reuniões em alguns municípios que fazem parte de sua área de atuação.

Com a definição dos representantes municipais o passo seguinte era o preenchimento dos formulários de inscrição, acompanhados da documentação das entidades. Os mobilizadores e agentes locais recolhiam os requerimentos in loco, ou então, recebiam em pontos estratégicos, definidos nos Encontros Regionais, e cedidos por Estruturas Estaduais, como o EBDA – Empresa Bahiana de Desenvolvimento Agrário de Juazeiro e Paramirim, e SEBRAE – Serviço de Apoio a Micro e Pequenas Empresas de Paulo Afonso e o GARRA – Grupo de Apoio e Resistência Rural e Ambiental, em Irecê.

As inscrições eram enviadas para a Coordenação Estadual do IMAN que relacionava nominalmente as Entidades / Usuários e o município de origem. Após este procedimento, os requerimentos eram encaminhados para análise.

Paralelo as atividades nos municípios, em Salvador a Coordenação do Projeto buscava reforçar a mobilização junto aos segmentos que mostravam-se refratário na primeira etapa. Neste sentido, foram mantidos vários contatos com a Federação das Indústrias do Estado da Bahia; empresa Bahiana de Saneamento – EMBASA, Prefeituras Municipais, empresas privadas ligadas ao setor hidroviário, como:

Bolsas Junior, Bolsas Britânia e as Agências fluviais de Juazeiro e Bom Jesus da Lapa, Federação dos Pescadores.

Esses contatos foram feitos via telefone, reunião, e-mail, fax e ofícios. Outras instâncias também foram acionadas como, o Ministério Público através da Coordenação de Defesa do São Francisco, a União dos Prefeitos da Bahia. Foi disponibilizado todo material traduzido em função do projeto, bem como o calendário das plenárias, que a princípio aconteceriam no mês de julho e devido a problemas referentes ao repasse de recursos do convênio ANA X IMAN, adiados para o final de agosto. Ressalta-se que nessa fase ainda estava sendo elaborado o Regimento Interno e a composição do comitê, seu quantitativo e a distribuição dos membros por seguimento e por Estados sendo realizada.

Este foi um momento difícil na realização do trabalho, pois a ação foi deflagrada sem que as definições inerentes à mesma tivesse sido processada, além do que essas deliberações dependiam da decisão de uma diretoria, na sua maioria distante da execução.

Vários questionamentos surgiram... as informações muitas vezes passadas eram revogadas. Até o penúltimo Encontro Regional realizado em Irecê, no dia 11 de junho trabalhou-se informações, datas e quantitativos que já não eram pertinentes colocá-los no último Encontro Regional em Barreiras, no dia 14 de julho.

A Coordenação Estadual participou de várias reuniões com a Coordenação Técnica, com o objetivo de discutir a realização das plenárias, não só no aspecto seu encaminhamento, como pelo aspecto financeiro, considerando a quantidade de organizações ligadas ao uso agropecuário, sem condições econômicas para fazer face a despesas inerentes ao evento (deslocamento e alimentação). Por outro lado, o questionamento: como pessoas e/ou grupos sem um

conhecimento anterior ou referencial, poderia escolher um representante para seu segmento?

A questão financeira foi logo definida pela Coordenação Administrativa. O IMAN pagaria as despesas de 50 (cinquenta) pessoas por plenárias.

Quanto ao encaminhamento das plenárias foi feito um exercício, que contou com contribuições, por escrito, da Coordenação Estadual e da Coordenação Técnica, culminando com a realização de um Encontro com a participação de todos os Coordenadores estaduais, Coordenação Geral, Coordenação técnica, da ANA (Rosana Garjuli), consultores e representantes de órgãos de Recursos Hídricos dos Estados, que definiram procedimentos para a Coordenação das Plenárias.

A presença dos órgãos Estaduais decorreu da deliberação nº 04/2002 – Diretoria Provisória do Comitê, que instituiu um a Comissão Estadual de Coordenação do Processo Eleitoral. No inciso 1º do artigo do mesmo número, define que a Comissão Estadual é composta por representantes:

- Da Diretoria Provisória no respectivo Estado;
- Do órgão gestor de Recursos hídricos no Estado
- Dos Comitês das Bacias Hidrográficas dos rios afluentes existentes no Estado e,
- Dos Coordenadores Estaduais do Programa de Mobilização para instalação do CBH – São Francisco.

Além de definir as atribuições dessas Comissões Estaduais; a deliberação no seu inciso 2º diz que caberá ao órgão gestor de Recursos Hídricos indicar quem exercerá a sua Coordenação.

Neste sentido passou-se para um outro momento dentro do projeto. O IMAN que executava, passa a ser coadjuvante.

O Processo Eleitoral

A Comissão estadual foi constituída pela portaria nº _____ da Superintendência de Recursos Hídricos, com os segmentos integrantes:

- Eduardo José Bastos – Presidnete (SRH)
- Golde Maria Stifelman (SRH)
- Maria José Sobrinho (SRH)
- Maria Gouveia Ágata – Secretaria (SRH)
- Maria Luiza de Melo (SRH)
- Emanule Mendonça (SEINFRA)
- Maristela Gomes de Oliveira (IMAN)
- Risomar Pereira do Nascimento (IMAN)

Elaborou-se um cronograma de reuniões que aconteceram, na maioria das vezes, na sede do órgão gestor estadual e a medida que os requerimentos eram analisados, era feita uma separação entre os habilitados, os com pendências e os inhabilitados.

Nos requerimentos com pendências (ausência de algum documento ou falta de autenticação) era feita notificação a entidade para que a situação fosse regularizada dentro do prazo estabelecido – algumas inscrições eram feitas, assinalando os campos de usuário e organizações civis. Nestes casos, enquadrava-se o pleiteante no segmento que melhor era caracterizado, de acordo com seu estatuto e as “normas e procedimentos”.

A Comissão trabalhava com uma nova agenda para as plenárias e a composição do CBHSF e sua distribuição por segmento e por Estado, deste modo pôde traçar o município de Campo Formoso, local onde seria realizada a plenária de indústria e mineração, por Juazeiro. A mudança justificada pelo pouco número de inscritos (onze) e nenhum deles estavam localizados no município que sediaria o encontro.

Estes são os dados quantitativos do Processo Eleitoral:

- Inscritos – 398
- Habilitados – 322
- Inabilitados – 76

Da Realização das Plenárias

Dia 03/09/02 – Irrigação e Uso Agropecuário

Local – Casa da Cultura – Barreiras

Habilitados – 158

Presentes na Plenária – 78

1º Titular – Agropecuária Grande Oeste Ltda – AGOL

Representante – Cláudio Roberto Oliveira de Vasconcelos, com 36 votos.

2º Titular – Associação dos Produtores Rurais de Sento Sé

Representante – Geraldo Cabral, com 18 votos

Dia 05/09/02 – Pesca, Turismo, Lazer e outros usos não consultivos

Local – Arquidiocese de Barra

Habilitados – 20

Presentes na Plenária – 16

Titular – Colônia de Pescadores Z-41 – Remanso, com 12 votos

1º Suplente – Associação dos Pescadores Profissionais Amigos do Vale do Rio Grande.

Representante – José Noá, com 02 votos.

O facilitador, em acordo com a mesa coordenadora eleitoral, realizou nova votação para escolha de um segundo suplente, que ficou sendo Vale TUR – VALE TURISMO

Representante – Amélio dos Santos Souza

Endereço – Av. Dr. Adolfo Viana, s/n, Shopping Águas Center, loja 08, Cep.: 48900-000, Juazeiro

Fone: (74) 611-6766 / 611-6764 / 611-8945 / 9979-5981

Dia 11/09/02 – Prefeitos

Municípios – 115

Presentes na Plenária – 20

1º Titular – Prefeitura de Ibotirama

Prefeito – Roberval Alves de Souza, com 08 votos

2º Titular – Prefeita de Juazeiro

Prefeito – Joseph Wallace Bandeira, com 04 votos

1º Suplente – Prefeitura de Luiz Eduardo Magalhães

Prefeito – Oziel Oliveira, com 03 votos

2º Suplente – Prefeitura de Sento Sé

Prefeito – Jovenilson Passos dos Santos, 02 votos

Dia 13/09/02 – Abastecimento Urbano e Lançamento de Efluentes

Local – Auditoria da Superintendência de Recursos Hídricos (Salvador)

Habilitados – 11

Participantes na Plenária – 07

Titular – Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE

Representante – Antonio Fonseca Fraga, com 05 votos

1º Suplente – Empresa Bahiana de Saneamento

Representante – Jessé Mota Carvalho Filho, com 01 voto

Voto nulo – 01

Dia 16/09/02 – Organizações da Sociedade Civil

Local – Faculdade de Agronomia de Juazeiro / UNEB

Habilitados – 117

Participantes na Plenária – 72

Organização de Interesse Difuso

Titular – FUNDIFRAN – Fundação de Desenvolvimento do São Francisco, com 30 votos.

Representante – Dermeval Gevásio de Oliveira

1º Suplente – Sindicato do Trabalhadores Rurais de Coribe, com 22 votos

Representante – Anelito Pereira da Silva

2º Suplente – GARRA – Grupo de Resistência Rural e Ambiental

Representante – Edileuza Silva Rocha

Ensino e Pesquisa

Universidade Estadual da Bahia – UNEB

Representante – Clarismar de Oliveira Campos

Endereço: Avenida Edgard Chastinet, s/n, Juazeiro, Cep.: 48900-000

Fone: (74) 611-7363 / 611-7248

e-mail: dtrgd@bol.com.br

1º Suplente – Universidade Federal da Bahia – UFBA

Representante – Ivonildes Medeiro

Endereço – Rua Augusto Viana, s/n, Palácio da Reitoria, Canela,
Cep.: 40110-060

Fone: (71) 245-2811 / 245-2460

Associações Regionais Locais ou Setoriais de Recursos Hídricos

Titular – Comitê da Bacia Hidrográfica do Rio Salitre

Representante – Hugo Pereira

Endereço – Rua Senador Pedro Lago, s/n – Jacobina

1º Suplente – União das Associações do Perímetro das Barragens
Sucessivas do Rio Salitre – UAV`S

Representante – Valdemar Borges Vieira Junior

Endereço: Rua Grupo Escolar Herbert Mouze, s/n, Cep.: 48900-000

Dia 17/09/02 – Segmento hidroviário

Local – Auditoria do SRH em Juazeiro

Titular – Associação dos Proprietário Condutores de Barco da Ilha do
Rodeador – APCBIR

Representante – Antonio Laurindo dos Santos

Endereço – Ilha do Rodeador, Juazeiro – Cep.: 48900-000

Fone: (74) 618-4001

1º Suplente – Bolsa Britânia

Representante – Gersino Pereira Batista

Endereço – Travessa Castro Alves, s/n – Carinhanha, Cep.: 46445-
000

Dia 17/09/02 – Segmento Indústria e Mineração

Titular – América S/A Frutas e Alimentos

Representante – Milton Eduíno Saueressig

Endereço – Quadra I-E, lote 01 a 04, Juazeiro, Cep.: 48900-000

Fone: (74) 612-5172 / 612-5204

e-mail: americaf@uol.com.br

Suplente: Curtume Campelo S/A

Endereço: Avenida Paulo Rios Campelo, nº 184, Cep.: 48905-670

Fone: (74) 611-7240 / 611-7783

e-mail: ecampelo@lkn.com.br

Sobre as Plenárias

Iniciava com o credenciamento dos participantes pela equipe do IMAN e a maioria delas foi conduzida pelo presidente da Comissão Eleitoral que abria os eventos obedecendo ao disposto no artigo nº 3 da Deliberação 08/2002 da Diretoria Provisória. Este artigo dispõe sobre a condução das plenárias:

- Apresentação dos seus objetivos;
- Sistema de deliberação nº 08 e esclarecimento sobre todos os procedimentos eleitorais até a condução das plenárias estaduais;
- Apresentação e leitura dos capítulos Regimento Interno do Comitê da bacia Hidrográfica do São Francisco, que dispõe sobre a competência e composição do Comitê.
- Informações sobre o quantitativo das inscrições dos segmentos de usuários, sociedade civil e poder público municipal, o número de vagas disponíveis e características dos inscritos quanto à natureza jurídica e as atividades que desenvolvem.

A leitura dos capítulos nº 05 e nº 06 do Regimento Interno, que tratam das atribuições do Comitê, era feito pela Secretaria da mesa coordenadora da Plenária, que discorria sobre os mesmos, para que os participantes, definissem critérios e fizessem apresentação de suas candidaturas a membros do Comitê. Ressalta-se que nas plenárias de irrigação e no agropecuário; pesca, turismo e lazer; das organizações da sociedade civil estiveram presentes consultores da ANA, que atuaram como facilitadores.

Este foi um momento onde as articulações pró-candidaturas eram feitas e consensuadas entre grupos.

Os momentos subseqüentes eram para formalização das candidaturas, defesa de nomes, seguida das eleições.

Pode-se dizer que o exercício da cidadania saiu fortalecido, na medida em que os participantes puderam manifestar a sua vontade não só através das palavras, mas na ação, traduzido neste caso, pelo voto.